EKTT 14 A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ nº 27.853.497/0001-47 | Companhia Fechada
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Balanço patrimonial - Período de 11 de maio de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.085
Impostos e contribuições a recuperar		27
Despesas pagas antecipadamente		46
Total do ativo circulante		**7.159**
Não circulante		
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	4	3.831
Imobilizado		10
Intangível		21
Total do ativo não circulante		**3.861**
Total do ativo		**11.020**

	Notas	2017
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	5	149
Salários e encargos a pagar		31
Impostos e contribuições a recolher	6	21
Total do passivo circulante		**202**
Não Circulante		
Impostos e contribuições diferidos		21
Total do passivo não circulante		**21**
Patrimônio líquido		
Capital social	7	10.712
Reserva Legal		4
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuidos		20
Reserva de lucros a realizar		58
Total do patrimônio líquido		**10.794**
Total do passivo e patrimônio líquido		**11.020**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 11 de maio de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Constituição da Companhia e integralização do Capital Social em 11 de maio de 2017	1	-	-	-	-	1
Aumento de Capital Social	10.711					10.711
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	82	82
Destinações:						
Reserva legal	-	4	-	-	(4)	-
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos				20	(20)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	58	-	(58)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**10.712**	**4**	**58**	**20**	**-**	**10.712**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Período de 11 de maio de 2017 a 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	2017
Receita operacional líquida	8	3.831
Custos dos serviços	9	(3.761)
Lucro bruto		70
Despesas gerais e administrativas		(185)
Lucro operacional		**(115)**
Receitas financeiras	10	232
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		117
Imposto de renda e contribuição social		(35)
Lucro líquido do exercício		**82**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Período de 11 de maio de 2017 a 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	2017
Lucro líquido do exercício	82
Resultado abrangente	-
Total do resultado abrangente	**82**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
Período de 11 de maio de 2017 a 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	82
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	
Depreciação e amortização	1
Valor Justo do Ativo Financeiro de Concessão	(69)
Impostos diferidos	24
	37
(Aumento) redução de ativos operacionais	
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	(9)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(18)
Despesas pagas antecipadamente	(47)
	(74)
Aumento (redução) de passivos operacionais	
Fornecedores	149
Salários e encargos a pagar	31
Impostos de renda e contribuição social pagos	2
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	20
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	**166**
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(10)
Aquisição de intangível	(22)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	(3.761)
Geração (utilização) de caixa em atividade de investimento	**(3.793)**
Atividade de Financiamento	
Aumento (Redução) de Capital	10.711
Geração (utilização) do caixa em atividades de financiamento	**10.711**
Aumento (Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**7.084**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.085
Aumento (Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**7.084**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Constituída em 11 de maio de 2017, a EKTT 14 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.("EKTT 14 A" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Em 24 de Abril, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: instalação de transmissão localizadas no estado de Santa Catarina, compostas por um Compensador Estático de Reativos (CER) de (-100/+300) Mvar na Subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R$ 13,055 milhões, o prazo de concessão é de 30 anos. Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas de ambas empresas, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. até então controladora da EKTT 14 A pela Neoenergia S.A. A Administração da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. • Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **2.4. Normas e interpretações de normas ainda não efetivas:**

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

A Companhia avaliou o impacto da adoção das normas e interpretações descritas acima e não identificou impacto significativo. **2.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários à vista	72
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	7.013
	7.085

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As disponibilidades de caixa aumentaram devido ao aporte de capital realizada pela controladora em julho de 2017, via emissão de 10.811.000 (dez milhões, oitocentos e onze mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 10.811.000,00 (dez milhões, oitocentos e onze mil reais), visando aumentar o capital social da empresa. A carteira de aplicações financeiras é constituída somente por aplicações em CDB do Banco Itaú.

4. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia e (a) estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização e (b) regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP). Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto. (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Segue composição do ativo financeiro de concessão:

	31/12/2017
Indenização	3.831
Total	**3.831**
Circulante	-
Não circulante	3.831

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	Ref	31/12/2017
Saldos iniciais		-
Adições	(a)	3.761
Atualização monetária/Ajustes a valor justo	(b)	70
Saldos finais		**3.831**
Circulante		-
Não circulante		3.831

5. FORNECEDORES

A Companhia, constituída em maio de 2017, encontra-se em fase pré-operacional. A variação no saldo de fornecedores decorre da contratação de serviços de compra de materiais para o estudo e posterior construção das linhas de transmissão especificadas no contrato.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição do saldo é como segue:

	31/12/2017
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2
Imposto sobre Serviços – ISS	2
Outros	7
Total	**22**

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Em 11 de maio de 2017, foi fundada a EKTT 14-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A, tendo como capital social inicial o saldo de R$ 1.000,00 (mil reais) dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscrito pela Elektro Holding S.A. (incorporada pela Neonergia S.A.- Vide nota explicativa 1). Em 14 de julho de 2017, a acionista controladora aprovou aumento de capital e de reserva de capital no total de R$ 10.711.000,00 (dez milhões, setecentos e onze mil reais), mediante a emissão de 10.711.000 (dez milhões, setecentos e onze mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 10.711.000,00 (dez milhões, setecentos e onze mil reais), tendo sido integralmente subscrito pela Elektro Holding S.A.. Desta forma, o capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 10.712.000,00 (R$ 1.000 em 11 de maio de 2017), representado por 10.712.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Reserva de Capital:** Refere-se à contribuição feita pelo subscritor da ação que ultrapassa o valor nominal da mesma, desta forma, o valor excedente deve ser considerado como reserva de capital. **Reservas de lucros: i. Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **ii. Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da companhia, conforme previsto na legislação. **iii. Reserva de lucros a realizar:** A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela companhia.

8. RECEITA LÍQUIDA

Receita de construção: A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **Receita financeira da concessão:** A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto. Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	31/12/2017
Remuneração do ativo financeiro	70
Receita de construção da infraestrutura da concessão	3.761
Total receita operacional líquida	**3.831**

9. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	31/12/2017
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(3.761)
Total de custos	**(3.831)**

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços prestado de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica.

10. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	31/12/2017
Renda de aplicações financeiras	243
PIS e COFINS sobre aplicações	(11)
Total	**232**

11. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Considerações gerais e de políticas financeiras: A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da sua controladora. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável. **Gestão do capital social:** Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Em 31 de dezembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificado como mensurados a valor justo por meio do resultado. • Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Recebíveis de Transmissão - composto pelos recebíveis garantidos por contrato junto ao poder concedente pela construção dos ativos de transmissão disponibilizados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Estão mensurados pelo custo amortizado dado pela projeção dos fluxos de caixa contratual descontado pela taxa de retorno do projeto. • Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo:** O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

	31/12/2017 Contábil	31/12/2017 Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	**7.085**	**7.085**
Caixa e equivalentes de caixa	7.085	7.085
Disponível para venda	**3.831**	**3.831**
Concessão do Serviço Público - Indenização	3.831	3.831
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Mensurado pelo custo amortizado	**149**	**149**
Fornecedores	149	149

A Companhia entende que o valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão aplicados em fundos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. **Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação: • Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. • Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Fatores de risco financeiro:

	Nível 1	Nível 3	Total
Ativos			
Ativos Financeiros			
Disponivel para venda			
Concessão do Serviço Público	-	3.831	3.831
Mantidos para Negociação			
Caixa e Equivalente de Caixa	7.085	-	7.085

O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2017, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Risco de Taxa de Juros — R$ Mil

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,89%	7.013	110	(27)	(54)
Data Base	**29/12/2017**						
Qtde. meses considerados na análise	**3**						
CDI	**6,89%**						
Empresa	**EKTT-14A**						

Aplicações em CDI	Saldos	Taxa do contrato	Taxa CETIP	Taxa 25%	Taxa 50%
Saldo Aplicações	-	**Queda**	**6,89%**	**5,17%**	**3,45%**
Total	**7.013**	-	**110**	**-27**	**-54**
ITAU	7.013	93,00%	110	-27	-54

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. • Risco de liquidez: O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018
Passivos financeiros não derivativos:			
Fornecedores	149	149	149

• Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros. Para os ativos financeiros oriundos da atividade realizada pela Companhia existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes. Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. A seguir, demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo

	31/12/2017
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	7.085
Concessão do Serviço Público - Indenização	3.831

(*) Dados não revisados por nossos auditores independentes.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Márcio Fernandes
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Executiva de Controladoria, Financeira e de Relações com Investidores

Roberta Lentini Lourenço - **Contadora** - CRC 1SP292773/O-6